

Argo II Transmissão  
de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício  
findo em 31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial regulatório</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado regulatórias</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente regulatórias</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da  
Argo II Transmissão de Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo II Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo II Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo II Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



### **Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias**

A Argo II Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
CRC 1SP245014/O-2

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
 (Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.706	3.676	Fornecedores	12	1.879	497
Títulos e valores mobiliários	7.1	44.358	7.616	Encargos sociais e trabalhistas	13	300	266
Concessionárias e permissionárias	8	2.697	3.875	Imposto de renda e contribuição social	14	829	471
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	274	1.008	Obrigações tributárias	15	694	1.097
Tributos a compensar		5	6	Obrigações regulatórias	16	328	284
Despesas pagas antecipadamente	9	129	118	Dividendos a pagar		355	4.831
Outros Ativos		909	12.620	Contas a pagar - partes relacionadas	18	163	105
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>50.078</b>	<b>28.919</b>	Empréstimos e Financiamentos	17	8.523	8.220
				Outros passivos		4.179	1.898
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17.250</b>	<b>17.669</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	4.405	4.453	Empréstimos e Financiamentos	17	183.652	181.576
Almoxarifado		664	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>183.652</b>	<b>181.576</b>
Imobilizado	11	169.544	167.706	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	19		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>174.613</b>	<b>172.159</b>	Capital social		38.045	38.045
				Reserva de lucros		264.125	237.451
				Prejuízos acumulados		(286.916)	(273.663)
				Dividendos adicionais propostos		8.535	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>23.789</b>	<b>1.833</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>224.691</b>	<b>201.078</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>224.691</b>	<b>201.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	21	52.855	47.911
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b><u>52.855</u></b>	<b><u>47.911</u></b>
<b>TRIBUTOS</b>			
(-) PIS sobre faturamento	21	(346)	(359)
(-) COFINS sobre faturamento	21	(1.595)	(1.531)
<b>ENCARGOS - PARCELA "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21	(201)	(185)
FNDCT	21	(201)	(185)
MME	21	(100)	(93)
TFSEE	21	(215)	(211)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b><u>50.197</u></b>	<b><u>45.347</u></b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>			
Serviços de terceiros	22	(1.917)	(1.428)
Materiais	22	(174)	(76)
Arrendamentos e aluguéis	22	(61)	(54)
Pessoal e administradores	22	(3.041)	(3.476)
Tributos	22	(9)	(8)
Seguros	22	(185)	-
Depreciação e amortização	22	(5.442)	(5.082)
Outros gastos operacionais	22	(8)	(289)
Outras receitas operacionais		540	5.917
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b><u>39.900</u></b>	<b><u>40.851</u></b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b><u>39.900</u></b>	<b><u>40.851</u></b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	23	3.936	3.030
Despesas financeiras	23	(18.036)	(19.954)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b><u>25.800</u></b>	<b><u>23.927</u></b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Corrente	24	(3.489)	(2.523)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>22.311</u></b>	<b><u>21.404</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.311	21.404
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>22.311</u>	<u>21.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

---

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>38.045</b>	<b>6.035</b>	<b>137.077</b>	-	<b>(161.972)</b>	<b>19.185</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.404	21.404
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(4.831)	(4.831)
Dividendos pagos		-	-	(5.877)	-	(28.050)	(33.927)
Constituição de reserva legal	19	-	1.574	-	-	(1.574)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	-	-	98.642	-	(98.640)	2
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>38.045</b>	<b>7.609</b>	<b>229.842</b>	-	<b>(273.663)</b>	<b>1.833</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.311	22.311
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	(355)	(355)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	-	-	26.674	-	(26.674)	-
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	-	8.535	(8.535)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>38.045</b>	<b>7.609</b>	<b>256.516</b>	<b>8.535</b>	<b>(286.916)</b>	<b>23.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		22.311	21.404
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	3.489	2.523
Amortização dos custos de transação	17	218	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(3.892)	(3.030)
Baixa de imobilizado	11	53	-
Depreciação e Amortização	11	5.442	5.082
Juros e variação sobre empréstimos	17	17.633	19.769
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>45.254</b>	<b>45.748</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Concessionárias e permissionárias	8	1.178	(1.603)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	734	374
Tributos a compensar		1	5
Despesas pagas antecipadamente	9	(11)	(54)
Outros ativos		11.031	(2.518)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	12	1.382	(1.304)
Imposto de renda e contribuição social		(3.131)	(2.523)
Encargos sociais e trabalhistas	13	34	(176)
Obrigações tributárias	15	-	(1.371)
Obrigações regulatórias	16	44	194
Contas a pagar - partes relacionadas	18	58	(107)
Outros passivos		2.282	1.091
Provisões		-	(265)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(403)	(1.292)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>58.453</b>	<b>36.199</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(7.328)	(10.890)
Ganho na venda de imobilizado		11	-
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(44.610)	(45.078)
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	11.211	67.131
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(40.716)</b>	<b>11.163</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		(4.831)	(33.927)
Captação de empréstimos e financiamentos		1.224	-
Pagamento de juros de empréstimos	17	(8.615)	(3.299)
Pagamento principal de empréstimos	17	(8.081)	(2.120)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(112)	(4.453)
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	708	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(19.707)</b>	<b>(43.799)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>(1.970)</b>	<b>3.563</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.706	3.676
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.676	113
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.970)</b>	<b>3.563</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)*

### **1 Informações gerais**

A Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de abril de 2016 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia é uma controlada integral da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

#### **1.1 Concessão**

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em julho de 2021 a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma antecipou parcialmente o recebimento da RAP em 7 meses. A Companhia finalizou a construção do empreendimento em fevereiro de 2022, e o investimento total foi de aproximadamente R\$ 174.001. A RAP anual foi determinada em R\$ 39.400 (valor histórico) e atualizada para R\$ 55.184 (valor para o ciclo 2023-2024), com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

### **2 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

### **3 Licenças Ambientais**

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental de Argo II Transmissão de Energia S.A. é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Argo II apresenta o seguinte prazo de validade da licença ambiental requerida para a operação da Subestação (SE) 500 kV Janaúba 3 – Compensadores Síncronos – 2 x (-90/+150) MVAR:

- Licença de Operação nº 1596/2020, obtida em 05 de novembro de 2020 e válida por 04 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

### **4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

#### **4.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 28.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 28 de março de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

#### **4.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### **4.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

#### **4.5 Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece

os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

## 5 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
  - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
  - (ii) CPC 47 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) **Pessoal – Estagiários:** as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) **Imobilizado:** abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- e) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como:** abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

### 5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade

societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## **5.2 Intangível**

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## **5.3 Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

## **5.4 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **5.5 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

#### *Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

### 5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<b>Ativo/Passivo Financeiro</b>	<b>Classificação</b>
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Fundos vinculados	Valor justo através do resultado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar – partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

### **5.6 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

### **5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

### **5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

### **5.9 Patrimônio líquido**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

## 5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	1.467	3.532
Aplicações automáticas	239	144
<b>Total</b>	<b><u>1.706</u></b>	<b><u>3.676</u></b>

(\*) A Companhia em 2022 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

## 7 Títulos e valores mobiliários

### 7.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários	44.358	7.616
<b>Total</b>	<b><u>44.358</u></b>	<b><u>7.616</u></b>

Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Referenciado DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 105,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,2% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

### 7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva	4.405	4.453
<b>Total</b>	<b><u>4.405</u></b>	<b><u>4.453</u></b>

Para fins de garantia da operação de pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos em títulos públicos de renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco.

## 8 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	2.697	3.875
<b>Total</b>	<b><u>2.697</u></b>	<b><u>3.875</u></b>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a

Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	1.517	3.519
Títulos vencidos em até 30 dias	38	-
Títulos vencidos em até 90 dias	579	31
Títulos vencidos há mais de 90 dias	563	325
	<u><b>2.697</b></u>	<u><b>3.875</b></u>

## 9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar *	129	118
Total	<u><b>129</b></u>	<u><b>118</b></u>

(\*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 26.

## 10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	274	1.008
Total	<u><b>274</b></u>	<u><b>1.008</b></u>

## 11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>174.083</b>	-	-	(3.231)	-	<b>170.852</b>	-	(12.626)	<b>158.226</b>	<b>166.561</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.436	-	-	(70)	-	4.366	(70)	(351)	4.015	4.157	-	-	-
Máquinas e equipamentos	169.647	-	-	(3.161)	-	166.486	(3.161)	(12.275)	154.211	162.404	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.466</b>	<b>84</b>	<b>(78)</b>	-	-	<b>1.472</b>	<b>6</b>	<b>(600)</b>	<b>872</b>	<b>1.145</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	84	-	-	-	84	84	(4)	80	-	-	-	-
Veículos	1.466	-	(78)	-	-	1.388	(78)	(596)	792	1.145	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>175.549</b>	<b>84</b>	<b>(78)</b>	<b>(3.231)</b>	-	<b>172.324</b>	<b>(3.225)</b>	<b>(13.226)</b>	<b>159.098</b>	<b>167.706</b>	-	-	-
<b>Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2022</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2023</b>	<b>Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	<b>Obrigações Especiais Brutas</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Obrigações Especiais líquidas</b>
<b>Transmissão</b>	-	7.244	-	3.202	-	<b>10.446</b>	<b>10.446</b>	-	<b>10.446</b>	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	3.115	-	3.115	3.115	-	3.115	-	-	-	-
Outros	-	7.244	-	81	-	7.325	7.325	-	7.325	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>7.244</b>	-	<b>3.202</b>	-	<b>10.446</b>	<b>10.446</b>	-	<b>10.446</b>	-	-	-	-
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>175.549</b>	<b>7.328</b>	<b>(67)</b>	<b>(29)</b>	-	<b>182.770</b>	<b>7.221</b>	<b>(13.226)</b>	<b>169.544</b>	<b>167.706</b>	-	-	-

*Argo II Transmissão de Energia S.A.*  
*Demonstrações Regulatórias*  
*Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023*

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>163.906</b>	<b>10.177</b>	-	-	-	<b>174.083</b>	<b>10.177</b>	<b>(7.522)</b>	<b>166.561</b>	<b>161.145</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.196	240	-	-	-	4.436	240	(279)	4.157	4.126	-	-	-
Máquinas e equipamentos	159.710	9.937	-	-	-	169.647	9.937	(7.243)	162.404	157.019	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	<b>1.589</b>	-	<b>(123)</b>	-	<b>1.466</b>	<b>1.466</b>	<b>(321)</b>	<b>1.145</b>	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	87	-	(87)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	1.466	-	-	-	1.466	1.466	(321)	1.145	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	36	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>163.906</b>	<b>11.766</b>	-	<b>(123)</b>	-	<b>175.549</b>	<b>11.643</b>	<b>(7.843)</b>	<b>167.706</b>	<b>161.145</b>	-	-	-
<b>Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2021</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2022</b>	<b>Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>	<b>Obrigações Especiais Brutas</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Obrigações Especiais líquidas</b>
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.176</b>	-	-	<b>(1.176)</b>	-	-	<b>(1.176)</b>	-	-	<b>1.176</b>	-	-	-
Máquinas e equipamentos	499	-	-	(499)	-	-	(499)	-	-	499	-	-	-
Outros	677	-	-	(677)	-	-	(677)	-	-	677	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.176</b>	-	-	<b>(1.176)</b>	-	-	<b>(1.176)</b>	-	-	<b>1.176</b>	-	-	-
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>165.082</b>	<b>11.766</b>	-	<b>(1.299)</b>	-	<b>175.549</b>	<b>10.467</b>	<b>(7.843)</b>	<b>167.706</b>	<b>162.321</b>	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

<b>Adições do Ativo Imobilizado</b>	<b>Material/ Equipamentos</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Total</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	7.244	7.244
Máquinas e equipamentos	84	-	84
<b>Total das Adições</b>	<b>84</b>	<b>7.244</b>	<b>7.328</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12, são as seguintes:

<b>Transmissão</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Equipamento geral	6,25%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 12 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	1.879	497
<b>Total</b>	<b><u>1.879</u></b>	<b><u>497</u></b>

## 13 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	4	-
Provisão de bônus	163	114
Provisão de férias	90	67
Encargos trabalhistas	43	85
<b>Total</b>	<b><u>300</u></b>	<b><u>266</u></b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição social a pagar	829	471
<b>Total</b>	<b><u>829</u></b>	<b><u>471</u></b>

## 15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	659	1.072
ISS de terceiros	29	24
Outros tributos	6	1
<b>Total</b>	<b><u>694</u></b>	<b><u>1.097</u></b>

## 16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	277	168
Encargos regulatórios a recolher	51	116
<b>Total</b>	<b><u>328</u></b>	<b><u>284</u></b>

Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

## 17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

<b>Juros - curto prazo</b>	<b>Principal - curto prazo</b>	<b>Principal + juros - longo prazo</b>	<b>Total</b>
342	8.181	183.652	192.175

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

<b>Saldo final 31/12/2021</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros e variação monetária</b>	<b>Pagamentos Principal</b>	<b>Pagamentos Juros</b>	<b>Custo de transação</b>	<b>Saldo final 31/12/2022</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros e variação monetária</b>	<b>Pagamentos Principal</b>	<b>Pagamentos Juros</b>	<b>Custo de transação</b>	<b>Saldo final 31/12/2023</b>
<b>175.444</b>	-	19.858	(5.419)	-	(87)	<b>189.796</b>	1.224	17.633	(8.081)	(8.615)	218	<b>192.175</b>
<b>175.444</b>	-	<b>19.858</b>	<b>(5.419)</b>	-	<b>(87)</b>	<b>189.796</b>	<b>1.224</b>	<b>17.633</b>	<b>(8.081)</b>	<b>(8.615)</b>	<b>218</b>	<b>192.175</b>

Em 17 de julho de 2019, a Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2022, o total captado foi de R\$79.754 (R\$63.800 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

### Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u><b>31/12/2023</b></u>
2025	8.722
2026	8.530
2027	8.688
2028 em diante	157.712
<b>Total</b>	<u><b>183.652</b></u>

## Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida.

## Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se iniciou em 15 de setembro de 2022.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

## 17.1 Dívida líquida

	<u>Nota</u>	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal de curto prazo</u>	<u>Custo transação a amortizar CP</u>	<u>Principal e juros de LP</u>	<u>Custo transação a amortizar LP</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Dívida bruta</b>								
Empréstimos e Financiamentos	13	342	8.380	(199)	187.633	(3.981)	192.175	189.796
<b>Ativos Financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	5	-	1.706	-	-	-	1.706	3.676
Fundo vinculado - caixa restrito	6.1	-	-	-	4.405	-	4.405	4.453
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	44.358	-	-	-	44.358	7.616
<b>Dívida Líquida</b>		<u>342</u>	<u>(37.684)</u>	<u>(199)</u>	<u>183.228</u>	<u>(3.981)</u>	<u>141.706</u>	<u>174.051</u>

## 18 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 163 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2022) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

<b>Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos</b>	<b>Vigência</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
		<b>Passivo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Resultado</b>	<b>Resultado</b>
Argo I Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	163	105	2.106	2.468
<b>Total</b>		<b>163</b>	<b>105</b>	<b>2.106</b>	<b>2.468</b>

### 18.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
<b>Total</b>	<b>8.303</b>	<b>7.161</b>

## 19 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 38.045 dividido em 38.045.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
<b>Acionistas</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>%</b>
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	38.045.000	100%	38.045.000	100%

## **19.1 Reservas de lucros**

### **19.1.1 Reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia destinou R\$ 1.574 para constituição da reserva legal, alcançando o limite de 20% do capital social definido por lei.

### **19.1.2 Retenção de lucros**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 26.674 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

## **19.2 Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.311	21.404
Reserva legal - (5%)	-	1.574
Lucro líquido ajustado	22.311	22.978
Dividendos mínimos obrigatórios	355	-
Dividendos adicionais propostos	8.535	4.831
Reservas de lucros	26.674	98.642

## **20 Provisões para riscos**

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

### **20.1 Contingência passiva de risco possível**

A Companhia não é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

## 21 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	51.309	45.592
Receita Despacho 1844/17	1.546	2.319
<b>Receita bruta</b>	<b><u>52.855</u></b>	<b><u>47.911</u></b>
<b>(-) Abatimentos</b>		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(1.941)	(1.890)
(-) Encargos regulatórios	(717)	(674)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>50.197</u></b>	<b><u>45.347</u></b>

## 22 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Custo gerenciáveis - Parcela "B"</b>		
Pessoal e administradores	(3.041)	(3.476)
Materiais	(174)	(76)
Serviços de terceiros	(1.917)	(1.428)
Arrendamentos e aluguéis	(61)	(54)
Depreciação e Amortização	(5.442)	(5.082)
Seguros	(185)	-
Tributos	(9)	(8)
Outros gastos operacionais	(8)	5.628
<b>Total</b>	<b><u>(10.837)</u></b>	<b><u>(4.496)</u></b>

## 23 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receitas de aplicações financeiras	3.892	2.829
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(1)	-
Outras receitas financeiras	45	201
<b>Total</b>	<b><u>3.936</u></b>	<b><u>3.030</u></b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(41)	(11)
Juros e variação monetária	(17.633)	(19.769)
Outras despesas financeiras	(362)	(174)
<b>Total</b>	<b><u>(18.036)</u></b>	<b><u>(19.954)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(14.100)</u></b>	<b><u>(16.924)</u></b>

## 24 Imposto de renda e contribuição social

### 24.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Bruta de Serviços (a)	63.920	49.119
Presunção IRPJ 8%	5.114	3.930
Presunção CSLL 12%	7.670	5.894
Receitas Financeiras	4.541	3.030
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigente 34%	<u>(3.513)</u>	<u>(2.543)</u>
Outros ajustes	24	20
<b>IRPJ e CSLL corrente reconhecido no resultado do exercício</b>	<b><u>(3.489)</u></b>	<b><u>(2.523)</u></b>
Alíquota efetiva	5%	5%

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

## 25 Instrumentos financeiros

### 25.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	44.358	7.616	44.358	7.616
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	4.405	4.453	4.405	4.453
<b>Total</b>			<b><u>48.763</u></b>	<b><u>12.069</u></b>	<b><u>48.763</u></b>	<b><u>12.069</u></b>
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	1.706	3.676	1.706	3.676
Concessionárias e permissionárias	8	2	2.697	3.875	2.697	3.875
Outros ativos		2	909	12.620	909	12.620
<b>Total Ativo</b>			<b><u>5.312</u></b>	<b><u>20.171</u></b>	<b><u>5.312</u></b>	<b><u>20.171</u></b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
<b>Outros passivos financeiros:</b>						
Fornecedores	12	2	1.879	497	1.879	497
Contas a pagar - partes relacionadas	18	2	163	105	163	105
Empréstimos e Financiamentos	17	2	192.175	189.796	192.175	189.796
Outros passivos			4.179	1.898	4.179	1.898
<b>Total Passivo</b>			<b><u>198.396</u></b>	<b><u>192.296</u></b>	<b><u>198.396</u></b>	<b><u>192.296</u></b>

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços

representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

### **25.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo**

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

## **25.2 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

### **25.2.1 Risco de Crédito**

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 2.697 (R\$ 3.875 em 31 de dezembro de 2022).

### **25.2.2 Risco de capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### **25.2.3 Risco de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

#### 25.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>	<b>Entre 25 e 36 meses</b>	<b>37 meses em diante</b>
Fornecedores	1.879	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.523	8.722	8.530	166.400
<b>Total</b>	<b>10.402</b>	<b>8.722</b>	<b>8.530</b>	<b>166.400</b>

#### 25.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Total</b>	<b>Cenário</b>		
			<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	1.706	199	149	99
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	44.358	5.168	3.876	2.584
Fundos restritos	Redução do CDI	4.405	513	385	257
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>50.469</b>	<b>5.880</b>	<b>4.410</b>	<b>2.940</b>
Empréstimos e Financiamentos (**)	Aumento da TJLP	192.175	12.587	9.441	6.294
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>		<b>192.175</b>	<b>12.587</b>	<b>9.441</b>	<b>6.294</b>

## 26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S.A.	200.000	30/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	CHUBB	50.000	07/09/2024
Seguros - Frotas	Sompo	FIPE	31/05/2024

## 27 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Transações que não impactaram caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Indenizações - outros créditos em contrapartida a fornecedores	-	4.203

## 28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

## 28.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

<u>ATIVO</u>	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.706	-	1.706	3.676	-	3.676
Títulos e valores mobiliários	7.1	44.358	-	44.358	7.616	-	7.616
Concessionárias e permissionárias	8	2.697	-	2.697	3.875	-	3.875
Despesas pagas antecipadamente	9	129	-	129	118	-	118
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	274	-	274	1.008	-	1.008
Outros tributos a compensar		5	-	5	6	-	6
Outros ativos		909	-	909	12.620	-	12.620
Ativo da concessão	28.3	58.380	(58.380)	-	55.948	(55.948)	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>108.458</b>	<b>(58.380)</b>	<b>50.078</b>	<b>84.867</b>	<b>(55.948)</b>	<b>28.919</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Ativo da concessão	28.3	430.104	(430.104)	-	416.039	(416.039)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	4.405	-	4.405	4.453	-	4.453
Almoxarifado		664	-	664	-	-	-
Imobilizado	11	851	168.674	169.544	1.146	166.560	167.706
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>436.024</b>	<b>(261.411)</b>	<b>174.613</b>	<b>421.638</b>	<b>(249.479)</b>	<b>172.159</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>544.482</b>	<b>(319.791)</b>	<b>224.691</b>	<b>506.505</b>	<b>(305.427)</b>	<b>201.078</b>

<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>			<b>31/12/2022</b>		
		<b>Societário</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Societário</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Regulatório</b>
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	12	1.879	-	1.879	497	-	497
Encargos sociais e trabalhistas	13	300	-	300	266	-	266
Imposto de renda e contribuição social	14	829	-	829	471	-	471
Empréstimos e Financiamentos	17	8.523	-	8.523	8.220	-	8.220
Obrigações tributárias	15	694	-	694	1.097	-	1.097
Obrigações regulatórias	16	328	-	328	284	-	284
PIS e COFINS diferidos	28.3	2.131	(2.131)	-	2.042	(2.042)	-
Dividendos a pagar		355	-	355	4.831	-	4.831
Contas a pagar - partes relacionadas	18	163	-	163	105	-	105
Outros passivos		4.179	-	4.179	1.898	-	1.898
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>19.381</b>	<b>(2.131)</b>	<b>17.250</b>	<b>19.711</b>	<b>(2.042)</b>	<b>17.669</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e Financiamentos	17	183.652	-	183.652	181.576	-	181.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.045	(15.045)	-	14.537	(14.537)	-
PIS e COFINS diferidos		15.699	(15.699)	-	15.185	(15.185)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>214.396</b>	<b>(30.744)</b>	<b>183.652</b>	<b>211.298</b>	<b>(29.722)</b>	<b>181.576</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social	19	38.045	-	38.045	38.045	-	38.045
Reservas de lucros		264.125	-	264.125	237.451	-	237.451
Prejuízos acumulados		-	(286.916)	(286.916)	-	(273.663)	(273.663)
Dividendos adicionais propostos		8.535	-	8.535	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>310.705</b>	<b>(286.916)</b>	<b>23.789</b>	<b>275.496</b>	<b>(273.663)</b>	<b>1.833</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>544.482</b>	<b>(319.791)</b>	<b>224.691</b>	<b>506.505</b>	<b>(305.427)</b>	<b>201.078</b>

## 28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receitas</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	52.855	52.855	-	45.592	45.592
Receita de Construção		-	-	-	18.223	(18.223)	-
Receita de remuneração do ativo de contrato		66.102	(66.102)	-	62.330	(62.330)	-
Receita de operação e manutenção		7.227	(7.227)	-	6.444	(6.444)	-
Receita Despacho 1844/17		-	-	-	-	2.319	2.319
Ganho de eficiência		-	-	-	89.571	(89.571)	-
Outras Receitas		(3.977)	3.977	-	(2.552)	2.552	-
<b>Tributos</b>							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(602)	602	-	(5.287)	5.287	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(1.941)	-	(1.941)	(1.808)	(82)	(1.890)
<b>Encargos – Parcela “A”</b>							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(201)	-	(201)	(185)	-	(185)
F.N.D.C.T.	22	(201)	-	(201)	(185)	-	(185)
M.M.E..	22	(100)	-	(100)	(93)	-	(93)
TFSEE.	22	(215)	-	(215)	(211)	-	(211)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>66.092</b>	<b>(15.895)</b>	<b>50.197</b>	<b>166.247</b>	<b>(120.900)</b>	<b>45.347</b>

Nota	31/12/2023			31/12/2022			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>66.092</b>	<b>(15.895)</b>	<b>50.197</b>	<b>166.247</b>	<b>(120.900)</b>	<b>45.347</b>	
<b>Custos gerenciáveis – Parcela “B”</b>							
Serviços de terceiros	23	(9.161)	7.244	(1.917)	(1.428)	-	(1.428)
Custo de construção		-	-	-	(10.167)	10.167	-
Materiais	23	(174)	-	(174)	(76)	-	(76)
Seguros	23	(185)	-	(185)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	23	(61)	-	(61)	(54)	-	(54)
Pessoal	23	(3.041)	-	(3.041)	(3.476)	-	(3.476)
Tributos	23	(9)	-	(9)	(8)	-	(8)
Depreciação e Amortização	23	(332)	(5.110)	(5.442)	(321)	(4.761)	(5.082)
Gastos diversos	23	(8)	-	(8)	-	(289)	(289)
Outras receitas operacionais	23	540	-	540	5.629	288	5.917
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>53.661</b>	<b>(13.761)</b>	<b>39.900</b>	<b>156.346</b>	<b>(115.495)</b>	<b>40.851</b>
<b>Resultado financeiro</b>							
Receitas financeiras	24	3.936	-	3.936	3.030	-	3.030
Despesas financeiras	24	(18.036)	-	(18.036)	(19.954)	-	(19.954)
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>39.561</b>	<b>(13.761)</b>	<b>25.800</b>	<b>139.422</b>	<b>(115.495)</b>	<b>23.927</b>
<b>Despesas com impostos sobre os lucros</b>							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25	(3.489)	-	(3.489)	(2.523)	-	(2.523)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25	(508)	508	-	(3.802)	3.802	-
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>		<b>35.564</b>	<b>(13.253)</b>	<b>22.311</b>	<b>133.097</b>	<b>(111.693)</b>	<b>21.404</b>

## **28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:**

### **28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

#### **No âmbito societário:**

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

#### **No âmbito regulatório:**

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

### **28.3.2 Imposto diferido**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

### **28.3.3 Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

#### Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>310.705</b>	<b>275.496</b>
Ativo de Contrato (CPC 47)	(488.484)	(471.987)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	168.693	166.560
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	15.045	14.537
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	17.830	17.227
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>23.789</b>	<b>1.833</b>

### **28.3.4 Receita de Construção**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

### **28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

### **28.3.6 Receita de Operação e Manutenção**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

### **28.3.7 Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

### **28.3.8 Depreciação e amortização**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, conseqüentemente, em despesas com depreciação/amortização.

### **28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício**

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

#### **Conciliação lucro (prejuízo) societário e regulatório**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>35.564</b>	<b>133.097</b>
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(16.497)	(126.105)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	602	5.205
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	7.244	10.166
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	508	3.802
Depreciação regulatória	(5.110)	(4.761)
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>22.311</b>	<b>21.404</b>

\* \* \*

Simone Borsato  
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins  
Controller  
CRC/RJ 116409/O